

BARREIRAS INTELECTUAIS: UM IMPEDIMENTO AO COMÉRCIO INTERNACIONAL ENFRENTADO POR COMERCIANTES PERNAMBUCANOS

Joshua Tavares Maciel¹

RESUMO

A falta de conhecimento e de acesso à informação dificultou por vários anos a expansão do comércio do agreste pernambucano ao comércio internacional, principalmente nas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, sendo a última a principal referência, devido à sua grande capacidade de produção e comercialização dos produtos. Muitos dos comerciantes sentem uma enorme insegurança ao tentarem se inserir no mercado internacional, pelo fato da enorme burocratização do desembarço aduaneiro, do marketing e, principalmente, de sua efetividade no comércio do ponto de vista econômico. Devido à grande produção e ao comércio efetivo nesta região, os empresários e comerciantes descartam a possibilidade de atuarem no mercado internacional ao imaginarem a não estagnação deste comércio, como ocorreu nos anos 2014-2015. Este artigo tem como proposta analisar essas dificuldades intelectuais para a inserção efetiva e completa da região do agreste pernambucano no mercado internacional.

PALAVRAS-CHAVE: comércio internacional; agreste pernambucano; mercado; dificuldades intelectuais.

ABSTRACT

The lack of knowledge and access to information has difficult for several years the expansion of the Pernambuco's agreste market to international trade, especially in the cities of Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe and Toritama, and the last one is the main reference due to its large capacity of production and marketing of its products. Many traders feel great insecurity when they try to enter the international market, because of the huge bureaucracy of customs clearance, marketing, and especially its effectiveness in trade from an economic point of view. Due to the large production and the effective trade in the region, entrepreneurs and traders dismiss the possibility of acting in the international market, imagining the non-stagnation of its trade, as occurred in the years 2014-2015. This article aims to analyze these intellectual difficulties for effective and complete insertion of Pernambuco's agreste in the international market.

KEY-WORDS: international trade; Pernambuco's agreste; market; intellectual difficulties.

¹ MACIEL, Joshua. Graduando em Relações Internacionais na Faculdade Ascés. Codiretor na empresa Ellen Jeans, em TORITAMA-PE. E-mail: joshuatavares10@gmail.com.

1. Introdução

Ao longo dos anos, o comércio internacional tornou-se um tema bastante importante para as relações internacionais e seus estudos, sendo este último iniciado a partir das primeiras teorias de comércio internacional e economia política internacional. Com base nestes aspectos, é necessário, primeiramente, entender o pensamento dos primeiros teóricos sobre o comércio internacional e como essas teorias se encaixam com a realidade por eles (as) vivida e como algumas teorias se encaixam atualmente. Antes de tudo, entende-se por comércio internacional como uma atividade econômica na qual os países realizam trocas comerciais, como produtos e serviços, considerando o modelo padrão de comércio, apresentado por Paul Krugman (2009), que mostra que esse comércio ocorre quando os países não conseguem produzir todos os bens necessários para si. Um exemplo bastante básico que ele utiliza é o caso do Brasil e a Arábia Saudita. Considerando os aspectos climáticos e geográficos, por que o Brasil exporta bastante café e a Arábia Saudita exporta petróleo? Vários fatores explicam o porquê disso, como o clima favorável do Brasil, as maiores reservas de petróleo na Arábia Saudita, a menor capacidade de produção tanto de petróleo no Brasil em relação à Arábia Saudita e a produção de café na Arábia Saudita em relação ao Brasil. A capacidade de produção também pode estar ligada ao capital, ao trabalho e a geografia de um país. Ou seja, vários fatores explicam porque os Estados do Sistema Internacional exportam e importam diversos tipos de bens e serviços.

Através da comercialização, vários autores apresentaram teorias acerca do padrão do comércio mundial, como, por exemplo, uma questão levantada por Krugman sobre a “diminuição do mundo”. Com a modernização dos transportes e da comunicação, mais fácil tornou-se o intercâmbio das informações, então a resposta é sim, iniciando a partir de 1870. Contudo, outros fatores podem tornar o mundo “maior”, como as Duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria, que dividiram o mundo durante quase todo século XX. Depois disso, volta o fenômeno agora conhecido como globalização, embora já tenha sido presenciado bem antes do século XIX, mas só veio a ser conceituado após a Segunda Guerra Mundial. A globalização pode ser entendida como um processo de interligação política e econômica, através da modernização dos transportes e da comunicação internacional, e do intercâmbio sociocultural. Ou seja, o processo do comércio internacional está diretamente ligado ao processo de globalização, que aproxima cada vez mais os países. Por fim, considerando todo o processo de globalização, deve-se entender que os países comercializam entre si porque são diferentes e possuem necessidades e capacidades diferentes.

2. Inserção do Brasil no comércio internacional

Desde os primórdios da formação do Estado brasileiro, sua economia é fundamentada a partir da produção agricultora, principalmente a produção e extração da cana-de-açúcar, pau-brasil e café. Antônio Lacerda (2010), afirma que devido à importância que assumiu a produção e exportação, principalmente do café desde 1840, as consequências sofridas pela Depressão Econômica de 1929 foram extremamente graves.

Anteriormente a isso, o Brasil tinha uma política de financiamento e apoio à produção do café para uma maior inserção do Brasil no Sistema Comercial Internacional. A partir do início do século XIX, a economia brasileira baseia-se na produção e comercialização do café. Nos anos de 1870, com a crescente imigração europeia para o Brasil, o mercado de trabalho para a produção cafeeira funcionava adequadamente, considerando os requisitos básicos, desde a produção à comercialização. Isto se deu, principalmente, devido a enorme lucratividade obtida por parte dos produtores de café, que quando não vendiam sua produção, eram financiados pelo governo, através da compra dos excedentes. Lacerda afirma que a produção das lavouras de café possuíam grandes condições para o crescimento no Brasil. No entanto, as formas rudimentares de produção do café eram perfeitamente adequadas, sem necessitar de maiores evoluções que exigissem mais capital para o desenvolvimento do negócio, onde a obtenção de lucros encontrava-se no comércio.

Ou seja, além de não enfrentarem nenhum tipo de barreira burocrática e um forte incentivo à produção, a economia cafeeira encontrava-se no mais perfeito cenário para o crescimento, contudo sem desenvolvimento, onde as técnicas rudimentares de produção encaixavam perfeitamente no modelo de produtividade. A partir daí, o governo brasileiro vê a necessidade de escoamento da produção do café para o mercado internacional. Como ocorria esse processo de produção, ensacamento e exportação do café brasileiro? Bem, nada disso poderia acontecer sem o crédito agrícola, onde o produtor ou fazendeiro recebia do governo brasileiro para que a produção acontecesse. Lacerda diz ainda que, durante todo o período do século XIX, no qual a economia cafeeira era baseada no regime do trabalho escravo, e mesmo depois disso, os meios de financiamento dessa produção eram vinculados, profundamente, à comercialização dos seus produtos. Neste caso eram vinculados a esse sistema os comerciantes/comissários de café, que situavam-se nas praças de Santos e do Rio de Janeiro, mas também em outras áreas de escoamento de mercadorias, dos quais os fazendeiros dependiam, em sua grande parte, para: a) obter lucros com a comercialização dos produtos; e b) obter os financiamentos necessário para a produção do café.

Por falta de conhecimento dos produtores de café, necessitavam de terceiros para a realização de empréstimos, ensacamento para exportação e o desembaraço aduaneiro. A

relação entre produtor e comerciante (ator que fornecia o crédito bancário e realizava a venda dos produtos, tanto para o mercado interno quanto externo) era de fato uma relação de amizade, onde necessitava haver uma cumplicidade entre as partes para que as transações tivessem sucesso. Cabia, portanto, ao comerciante fornecer todos os recursos necessários para a formação e consolidação da lavoura de café, como capital fixo e de giro da produção cafeeira.

A partir daí, o Brasil entra como um forte competidor no mercado internacional, devido aos baixos custos de seus produtos que eram, principalmente, agrícolas. Como já foi dito, os produtores necessitavam de apoio para todo o processo de produção à exportação, ou seja, em cada etapa, um ator diferente exercia seu papel para a execução do processo. O fazendeiro produzia o café, que repassava para o comerciante/comissário que realizava a venda ao comprador internacional, daí repassava para despachantes aduaneiros ou aos portos, principalmente do Rio de Janeiro e Santos, que se encarregavam de ensacar os produtos, de acordo com a qualidade e a quantidade, por fim, fornecendo o transporte internacional. Era um processo bastante complexo e complicado para ser realizado sozinho pelo fazendeiro, que em 95% dos casos não tinham nenhum conhecimento, tanto da comercialização quanto do desembaraço aduaneiro.

No final do século XIX, o Brasil representava três quartos da exportação mundial, com exorbitantes vantagens comparativas, que Krugman afirma que são vantagens comparadas a outros países, por exemplo, o Brasil pode escolher especializar-se na produção de cana-de-açúcar ao invés de especializar-se em todos os outros tipos de produtos, enquanto Portugal pode escolher especializar-se na produção de azeite ao invés de outros produtos, considerando aspectos de força de trabalho e clima, ou seja, ambos possuem vantagens comparativas em relação a outros países, naquela época o Brasil possuía enormes reservas férteis para produção e mão-de-obra, além do baixo custo de produção e comercialização do produto. Lacerda afirma que apesar da propagação do consumo do café na maioria dos países do mundo, especialmente na América do Norte, a demanda pelo produto atingiu seu limite. Por outro lado, a oferta e a produção do café continuaram crescendo, devido à oferta de crédito e às políticas de defesa da produção do café, resultaram em crises contínuas de superprodução. Sem que houvesse a comercialização dos produtos pelos comissários, o governo brasileiro comprava todo o excedente produzido e, ainda, oferecia créditos para que a produção não estancasse. Devido à capacidade política e econômica da burguesia cafeeira, várias políticas de defesa do café surgiram, sendo a principal a depreciação cambial. Com a queda da demanda dos países importadores do café, a burguesia viu a possibilidade da depreciação cambial da moeda brasileira, causando o barateamento do custo do produto no mercado internacional,

o que influenciava diretamente na possibilidade de aumento da demanda, com uma oferta ainda crescente.

Com o *boom* da bolsa de valores de Nova Iorque e a propagação da crise mundial, a cafeicultura brasileira encontrava-se em uma situação bastante vulnerável. Segundo Celso Furtado (2005), em 1929, das 28,94 milhões de sacas de café produzidas, somente 14,28 milhões foram exportadas. Mais da metade foram estocadas pelo governo brasileiro, onde mais da metade estragaram com o tempo. Lacerda afirma que, mesmo com o início da Depressão de 1929, a produção cafeeira continuou a crescer, atingindo seu ápice em 1933, quando o governo brasileiro não tinha mais condições de fornecer créditos aos produtores nem estocar excedentes invendáveis, extinguindo as políticas de defesa do café.

2.1 Indústrias da Grande Depressão

Inicialmente, com o início da Grande Depressão, houve uma queda no nível de renda por parte dos produtores de café entre 25% a 30% e o índice de preços dos produtos importados subiu mais de 30%, de acordo com Lacerda. Como consequência disto, o índice de importações caiu na média de 60%, baixando de 14% para 8% do produto interno. Além disso, com a queda abrupta das exportações brasileiras, o mercado interno deveria ser a fuga da crise mundial para a economia. Devido à grande quantidade de produtos importados de ordem de manufatura, o mercado interno encontra-se na necessidade de atender às demandas internas desses produtos, ou seja, os produtos antes importados precisavam ser produzidos internamente. Furtado afirma que, no primeiro momento, não houve necessidade de importação de maquinários para a consolidação da indústria neste contexto, pois as indústrias destinaram-se à substituição de importações.

Furtado afirma que houve uma ruptura no modelo primário-exportador da economia brasileira em favor de um novo desenvolvimento, ou seja, desenvolvimento industrial. Com o baixo custo das *commodities* e sua depreciação frente aos produtos intermediários e manufaturados, há uma tendência de uma quantidade cada vez maior para a exportação, para que o crescimento econômico continue firme. Inicialmente, o modelo de desenvolvimento industrial por substituição de importações surge através da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU criado em 1948. Não obstante, este órgão nasce com o princípio de crescimento econômico para toda a América Latina, lançando, neste caso, a proposta de substituição de importações, baseada na produção de bens intermediários para a exportação e diminuição das importações de produtos manufaturados. O economista argentino Raúl Prebisch reafirma que o relacionamento comercial dos países exportadores de matérias-primas com os países desenvolvidos era caracterizado pela deterioração das relações de troca. O que na verdade houve foi um processo de

industrialização com base na substituição de importações. Lacerda afirma que como resultado da Depressão e das drásticas desvalorizações cambiais do Brasil, além de ocorrer uma forte diminuição das importações e aumento da produção interna, estabeleceu-se um novo nível de preços relativos, no qual o comércio entre os países em desenvolvimento, exportadores de matérias-primas, com os países desenvolvidos era caracterizado pela deterioração das relações de troca, no caso, os preços das *commodities*.

Logo abaixo, temos um exemplo de uma das indústrias que se fortaleceram no período da Grande Depressão, as indústrias Matarazzo².



(Indústrias Matarazzo. Economia Brasileira, 2010).

3. Economia Pernambucana e o Comércio Internacional

Para fins históricos e geográficos, Pernambuco está localizado na região Nordeste do Brasil, possui um território de 98.146,31 quilômetros quadrados e totaliza 8.796.448 habitantes, de acordo com dados do censo populacional de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pernambuco apresentou, a partir dos anos 2000, um grande crescimento e desenvolvimento econômico, como constatado nos dados do Produto Interno Bruto, quando em 2008 atingiu uma marca de R\$ 62,2 bilhões, correspondendo a 2,3% do PIB nacional e 17,8% do PIB da região Nordeste, perdendo apenas para o estado da Bahia, com 31,5%. (MINISTÉRIO DA FAZENDA)

A partir das últimas três décadas, o setor de serviços cresceu exponencialmente, tornando-se o elemento fundamental para a economia. Atualmente, a composição do PIB é baseada no setor de serviços (73,3%), indústria (21,9%) e agropecuária (4,8%). Como já foi dito a agricultura estadual baseia-se no cultivo de cana-de-açúcar, porém está sendo

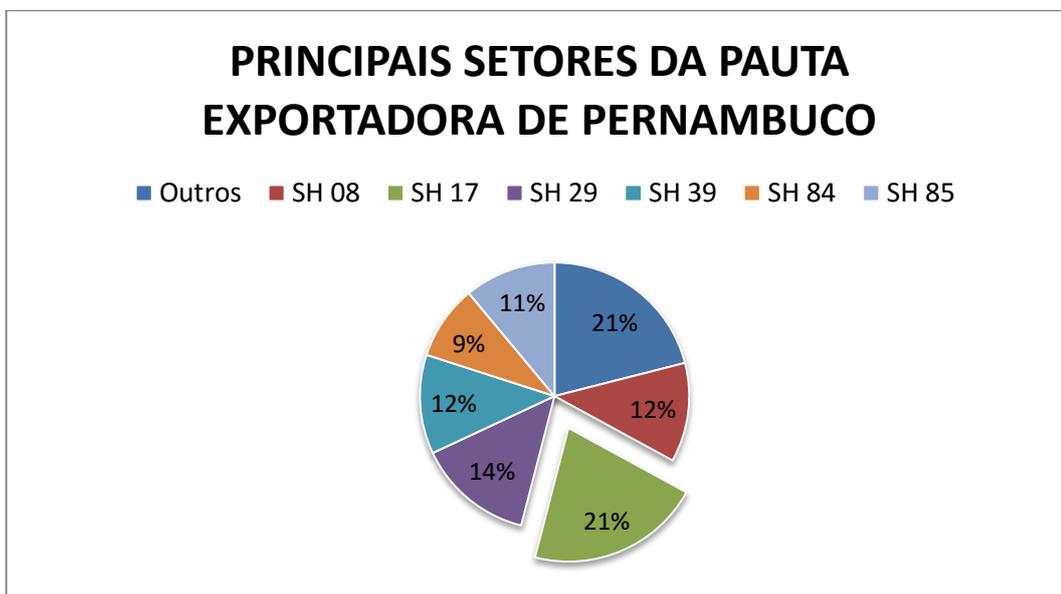
² Foto retirada do livro Economia Brasileira de Antônio Lacerda.

substituída pelas plantações de rosas, gladiolo e crisântemo, na Zona da Mata; e pela fruticultura irrigada, especialmente na região de Petrolina, onde se produz uva, manga, melancia e banana. O estado também produz feijão, mandioca, cebola, milho e algodão. A pecuária, por sua vez, é composta por rebanhos bovinos (2.122.191 de cabeças) e caprinos (1.685.845).

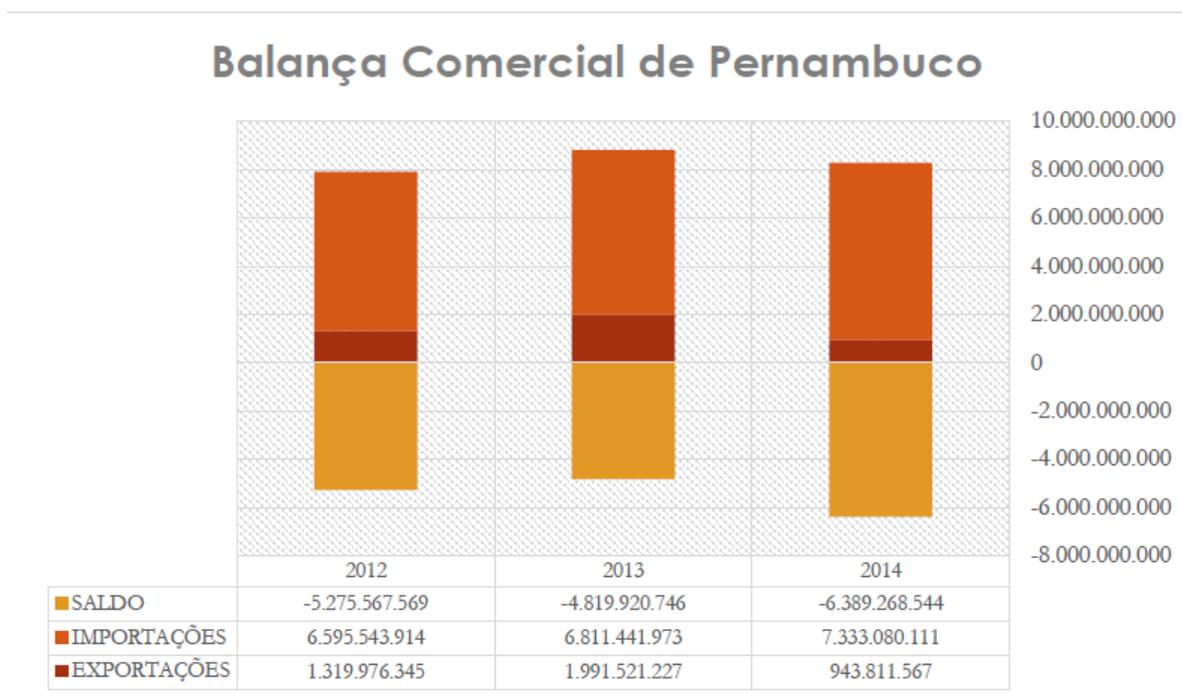
A indústria tem apresentado desenvolvimento em razão dos constantes investimentos nos segmentos de transformação de minerais, confecções, químico, petroquímico, farmacêutico, mobiliário, transporte e de energia. Recife, capital pernambucana, possui um moderno polo de informática, que concentra mais de 200 empresas e realiza negócios comerciais que atingem mais de 100 milhões de reais por ano.

O setor de serviços, responsável por 73,3% do PIB estadual, é impulsionado pelo turismo e pelo comércio. O estado possui 187 quilômetros de praia de areia fina e água esverdeada, com destaque para Tamandaré e Porto de Galinhas. Outro grande destino dos turistas é o arquipélago de Fernando de Noronha, considerado patrimônio natural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Um fator negativo das atividades desenvolvidas em Pernambuco refere-se à plantação de maconha. O polígono da maconha, como é conhecido na região pernambucana localizada na fronteira com Bahia e Alagoas, é um dos principais locais de cultivo de maconha no Brasil (PORTAL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO).

Logo abaixo, encontra-se um gráfico autoexplicativo demonstrando os principais setores da pauta exportadora de Pernambuco para o mercado externo. O Sistema Harmonizado (SH) é utilizado para a classificação dos diversos produtos existentes e produzidos por todos os países do mundo, composto por 99 capítulos e suas subdivisões como, SH com 4 dígitos ou a Nomenclatura Comum do Sul (NCM) com 8 dígitos, por exemplo.



Percebe-se que entre os principais setores da produção exportadora pernambucana, o SH 17 (Açúcares e produtos de Confeitaria) representa 21%, onde este sozinho representa a mesma proporção que outros 93 setores; e outros setores que também são relevantes como: o SH 29 (Produtos Químicos Orgânicos); o SH 8 (Frutas, Cascas de cítricos e de Melões); o SH 39 (Plásticos e suas Obras); e o SH 85 (Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos). (ALICEWEB)



O gráfico acima demonstra visivelmente que o saldo comercial (Exportações – Importações) está sendo negativo consecutivamente e ao que parece este contexto não está propenso a mudar. Alguns motivos como a alta concentração da pauta de Pernambuco em poucos produtos primários, o baixo desenvolvimento de produtos manufaturados e a ausência de estratégias efetivas de inserção no comércio exterior, podem ser utilizados para melhor entender a baixa participação de exportações na economia do estado.

Xavier diz que em relação às características do comércio exterior do Estado de Pernambuco, entre os anos de 1996 e 2002, verificou-se relativo fechamento às transações externas. A relação exportações/PIB do estado se apresentava muito abaixo das registradas para a região Nordeste, bem como para o Brasil. Nesse período, as exportações de Pernambuco apresentaram uma queda sobre seu valor absoluto da ordem de aproximadamente 7%, enquanto as exportações brasileiras se elevaram em 26,4%. Nem a desvalorização do real, a partir de janeiro de 1999, fez com que as exportações do estado se recuperassem. Em 2002, a participação do estado foi de apenas 0,53% do total exportado pelo país. Esse fraco desempenho pode ser explicado pelo não aproveitamento das vantagens competitivas regionais.

4. Dificuldades intelectuais dos comerciantes pernambucanos

Tratemos agora da temática principal deste artigo. A partir do ano de 2015, o governo brasileiro lança um plano denominado de Plano Nacional de Exportação (PNE). Este programa serve de apoio à micro e pequenas empresas a se estabelecerem no mercado internacional e a comercializar com outros países, oferecendo isenções fiscais e estímulos à exportação. Em um contexto mais amplo, o Plano se insere em um conjunto de políticas estruturais de desenvolvimento produtivo, coordenadas pelo Governo Federal, que objetivam alavancar o crescimento econômico. A ênfase na expansão do comércio exterior se soma às iniciativas governamentais de ampliação de investimentos em infraestrutura, focada no modelo de concessões, de melhorias dos ambientes tributário e regulatório, e de desburocratização e simplificação, diz o Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio exterior em documento oficial. Ou seja, o PNE surge como instigador ao crescimento econômico, tendo por base o crescimento e a internacionalização das micro e pequenas empresas. (MDIC, 2015)

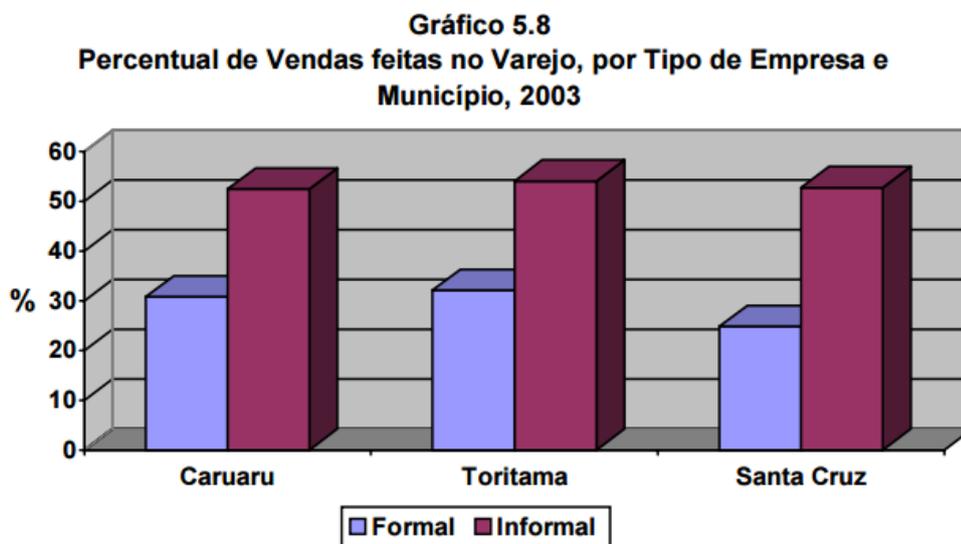
Com a unificação dos sistemas de exportação e importação, surgindo o portal Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), onde os comerciantes brasileiros exportadores e importadores podem adquirir todos os documentos necessários para o desembaraço aduaneiro e a efetivação do comércio internacional, o Governo Federal facilitou bastante o desembaraço aduaneiro de mercadorias, a partir de 2002. O governo brasileiro sempre buscou, ao longo dos anos, inserir-se, efetivamente, no mercado internacional com os mais variados tipos de produtos. Com isso, sempre buscou facilitar todo esse acesso através de programas de exportação, com isenções fiscais e estímulos, e barreiras comerciais às importações, com barreiras tarifárias e não tarifárias. (MDIC, 2015)

As questões colocadas aqui são as seguintes, o porquê da cultura de não exportação no agreste pernambucano; o porquê dos atrasos em infraestrutura para as cidades industriais; o porquê dos receios por parte dos comerciantes ao mercado internacional; o porquê da falta de informação sobre o assunto; etc.

Como já foi dito, Pernambuco é pautado em uma produção com custos de baixo valor e competitiva em relação ao resto do país, com os produtos agrícolas e químicos orgânicos, principalmente. Já o agreste pernambucano é pautado na produção de confecções nos mais variados tipos de vestuário e matérias-primas. Principalmente a região de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe produzem uma média de 30 milhões de peças ao mês, utilizando 73,4 mil máquinas e gerando uma receita mensal de R\$ 144 milhões, de acordo com dados do SEBRAE de 2003. Essa região é bastante importante para o crescimento econômico de Pernambuco, que influenciou na maior parte do aumento do PIB de 40,9% de 2010 em relação a 2003 de Pernambuco. A partir da análise desses

dados anteriormente citados, é possível ver a grande capacidade e a influencia sobre o PIB pernambucano e na economia. Mas por que não poderia haver um maior crescimento?

Primeiramente, tratemos da questão da falta de infraestrutura. O agreste sofre com falta na qualidade das estradas desde os anos 2000, o que dificulta a logística dos produtos, as cidades possuem pouco saneamento e os serviços públicos como educação e saúde são bastante precários, mas com certas exceções. Mas por que uma região com uma receita considerável sofre tais problemas? Maior parte da produção é pautada na produção informal, de acordo com dados levantados do SEBRAE em 2003, ou seja, são pequenos comerciantes e confeccionistas que não pagam imposto ao Estado ou sonegam para obter maiores lucros. Abaixo temos uma tabela do SEBRAE mostrando um percentual de vendas por tipo de empresa, neste caso não são divididas em micro ou médias empresas, mas em relação à sua formalidade, em 2003:



Muitos dos comerciantes consideram os impostos altos comparados ao lucro obtido com a produção das mercadorias, que são feitos com matérias-primas baratas e mão-de-obra barata. O cenário mudou um pouco devido à criação de novas empresas formalizadas por comerciantes locais, que são registrados como micro e pequenas empresas e que são sindicalizadas.

Em relação à capacidade intelectual dos comerciantes, muitos não possuem educação primária, sem ler nem escrever, educação básica ou nível médio. Muitos abandonaram os estudos para poderem trabalhar para colocar comida na mesa. Além do mais, o crescimento econômico poderia ser maior no mercado interno, mas não o é devido à questão da produtividade, ou seja, por essa falta de conhecimento, muitos comerciantes não têm a capacidade de distribuir o processo produtivo. Uma pesquisa feita pelo SEBRAE relata que os possíveis melhoramentos no processo produtivo se dariam através de capacitações e investimentos em maquinários, descartando a possibilidade de tornarem-se

formais, construção de novos modelos de produção e até aumento do espaço. Abaixo nós temos uma pequena tabela demonstrando esta pesquisa:

Quadro 5.34									
Opinião sobre o que é Possível fazer para Melhorar o Processo Produtivo, por Município, 2003									
O que é preciso?	Municípios						Total		
	Caruaru		Toritama		Santa Cruz		Formal	Informal	Total
	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal			
Capacitação/Orientação	32,9	15,4	38,1	22,7	41,0	23,0	37,1	20,4	25,2
Investimento/Máquinas	52,6	70,9	28,6	60,9	37,2	66,7	42,9	66,5	59,6
Novos modelos	0,0	1,4	0,0	1,8	3,8	1,1	1,7	1,4	1,5
Tornar-se formal	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,5	0,3
Aumentar pessoal/ Espaço	1,3	1,4	0,0	0,9	1,3	1,1	1,1	1,2	1,2
Outro	13,2	10,5	33,3	13,6	16,7	7,5	17,1	10,1	12,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
n.obs.	76	143	21	110	78	174	175	427	602

Fonte: FADE / Sebrae-PE

É notório que nenhum dos entrevistados comentou sobre os impostos cobrados sobre sua produção e sobre uma possível diminuição destes, fato que pode ser discutido atualmente. Os comerciantes locais, ao obter maiores lucros mudam de cidade ou não buscam conhecimento sobre o que acontece com o dinheiro público das cidades. Isso afeta bastante a economia da região, pois muitos dos clientes que compram no agreste pernambucano são de outros estados brasileiros, ou seja, eles enfrentam dificuldades para chegar ao polo comercial e, quando chegam, enfrentam a falta de acomodações.

Agora tratemos da questão do comércio internacional. Por que existe uma cultura de não exportação? Por que dos receios ao comércio internacional? Por que a demora na chegada do tema no agreste pernambucano? Com um mercado interno forte, com produção exponencial de 30 milhões de peças ao mês e receita de mais de R\$ 144 milhões, os comerciantes que tem conhecimento que existe um comércio internacional de mercadorias não procuram estender-se a este mercado, mas votam por maiores investimentos na produção para o mercado interno, estendendo-se a outros estados, apenas. Os que desconhecem o comércio internacional também procuram expandir somente para o mercado interno, fato que pode se considerar comum, pois esta é a única alternativa de aumento de receita. Fazendo uma análise do porquê dos receios ao comércio internacional, a minoria dos comerciantes que sabem que existe o comércio internacional ou já ouviram falar do assunto, não sabem como ocorre todo o processo de exportação/importação, necessitando, caso se insiram no mercado internacional, de um despachante aduaneiro. Este fato confirma os processos que ocorriam no período de inserção internacional do Brasil no mercado internacional, onde fazendeiros que produziam o café necessitavam de um comissário, que fornecia crédito para financiamento da lavoura e realizava a venda tanto

para o mercado interno quanto para o mercado externo. Algumas mudanças são notórias, como a não necessidade de crédito para a produção, atualmente. Com um polo de confecções bastante forte e com produtos de baixo valor agregado, este crédito torna-se descartável. Da mesma forma que se precisava de uma cumplicidade entre as partes, fazendeiro-comissário, atualmente os comerciantes têm medo de confiar suas mercadorias a terceiros, pelo menos que não conhecem, dificultando a possibilidade de comércio. Além do mais, muitos comerciantes têm medo de não obter retornos consideráveis comparados ao mercado interno ou de não receberem o pagamento do comprador internacional. Assim, cria-se uma cultura de não exportação, devido às dificuldades apresentadas aos comerciantes, mas que só acontecem com a falta de informação.

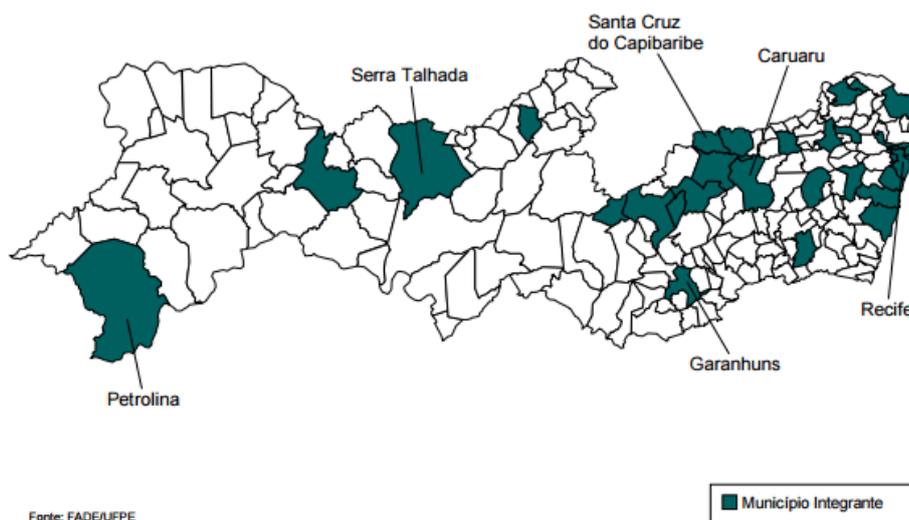
Se o problema é falta de informação, como podemos resolvê-lo? O Governo Federal tem lançado sistemas para fornecer todas as informações necessárias ao processo de comércio internacional, como o portal do MDIC, por exemplo. Além do mais, o governo criou a Agência de Promoção à Exportação (APEX), que além de fornecerem informações ao comércio internacional, oferece assistência em todo o processo, desde exportação/importação até o recebimento de investimentos internacionais. O governo brasileiro também tem levado palestras a todo o território nacional, com o objetivo de criar uma cultura nacional de exportação, apontando maior parte da produção interna ao mercado externo. O principal programa criado foi, como citado anteriormente, foi o Plano Nacional de Exportação (PNE), mas por que tão importante assim? Bem, o Brasil considera a Balança Comercial (Exportações – Importações) como um fator crucial para o Balanço de Pagamentos, ou seja, a Balança Comercial influencia bastante se o saldo do Balanço de Pagamentos ficará positivo ou negativo. Como podemos ver, o governo brasileiro tem se esforçado veementemente para instigar a produção nacional para o mercado externo, gerando novos empregos e uma maior receita.

Mas, como romper essas barreiras ao comércio internacional se existe no próprio mercado interno? Seria necessário resolver os problemas internos para poder inserir-se no mercado internacional? Com a crise político-econômica estabelecida no Brasil, a partir de 2012, afeta diretamente o mercado da região agreste do estado de Pernambuco. Em 2015, o crescimento do PIB pernambucano reduziu 4% e as vendas do agreste caíram exponencialmente. Diversas empresas fecharam as portas e declararam falência (conhecido hoje como recuperação judicial), deixando centenas de pessoas desempregadas. O governo brasileiro enxerga que não é necessário resolver, primeiramente, os problemas internamente para poder inserir a região no mercado internacional, mas o inverso, a possibilidade de resolver a crise interna mais facilmente cresce com o crescimento das exportações. O que se faz necessário é uma luta contínua para quebrar as barreiras intelectuais impostas aos comerciantes do agreste pernambucano, levando informações e o

apoio necessário para que a região torne-se uma das principais regiões comerciais do Nordeste. Por ser uma luta contínua, a demora para que a região do agreste de Pernambuco se insira no mercado internacional para estender-se por algum tempo, pois não são somente dificuldades econômicas enfrentadas, mas dificuldades em convencer os comerciantes pernambucanos que o comércio internacional pode ajudar no desenvolvimento econômico da região.

5. Considerações Finais

Para que a região do agreste se consolide efetivamente no mercado internacional é necessário políticas de promoção à exportação efetivas. Devem-se observar as necessidades da região, levando em conta as questões econômicas, políticas e sociais, como infraestrutura para o comércio, educação para a população, por exemplo. Ou seja, são questões que estão interligadas ao bem-estar da população e que interferem no desenvolvimento econômico da região. Além disso, oferecer cursos de formação em profissionais de comércio exterior ou consultoria para o comércio internacional é uma das alternativas propícias para que a região faça parte do mercado internacional. Um mapa na próxima página pode mostrar as principais cidades que são importantes componentes do PIB pernambucano:



Alguns dados do MDIC mostram que existem políticas de exportação efetivas na região próxima ao Recife e a região de Petrolina, ou seja, políticas de exportação efetivas nos extremos do estado pernambucano, mas não se vê políticas efetivas na região do agreste. Isso é problema grave, pois com o crescimento econômico considerável, a região do agreste poderia ser mais uma soma positiva na economia de Pernambuco e no comércio internacional, favorecendo o saldo positivo da Balança Comercial. Caso a região se insira no

mercado internacional, acredito que seria uma mudança considerável para a economia pernambucana, desenvolvendo seus principais setores de produção. O debate em relação a todas essas questões deve ser levantado e internacionalização do agreste pernambucano deve ser levada a sério, com políticas efetivas que levem a região a outro patamar na economia do Nordeste, considerando todas suas características.

Não falta apoio ao comerciante da região para que a internacionalização de seus produtos seja efetivada, mas antes disso, devem-se levar em consideração as barreiras que são encontradas nos próprios comerciantes, como a falta de informação e de capacidade profissional. Derrubadas essas barreiras, podem-se esperar bons resultados advindos das exportações e, também, importações do agreste de Pernambuco.

Referências Bibliográficas

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2005.

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1435244583.pdf Data de acesso: 28/04/16 às 10:30

<http://www.radarcomercial.com.br>. Data de acesso: 27/04/16 às 14:23

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf> Data de acesso: 28/04/16 às 10:02

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. International Economics: theory & policy. Pearson Addison Wesley. United States, 2009.

LACERDA, Antônio Corrêa de. Economia Brasileira. Ed Saraiva. São Paulo, 2010.

XAVIER, L. F.; CARVALHO, R. G.; TENORIO JUNIOR, A. J. A.; SOUSA, E. S.; COSTA, E. F. Aproveitamento das relações entre Pernambuco e Portugal: uma análise do comércio potencial versus comércio efetivo. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, p. 81-98, 2009.